

# A defesa da concorrência

29 AGO 1990

*Economia Brasil*  
A cada dia vem o governo Col-  
lor aperfeiçoando sua política  
de abertura e de restabeleci-  
mento dos mecanismos do livre  
mercado. Nossa história econô-  
mica mostra que se tivemos  
tantas dificuldades para com-  
bater a inflação tal se deve à  
construção de uma economia  
cartorial e à constituição de  
oligopólios, o que, em nome do  
protecionismo, pôs os consumi-  
dores à mercê de grupos empe-  
nhados em dar prioridade aos  
seus interesses pessoais, a pre-  
texto de criar empregos e per-  
mitir uma auto-suficiência que  
hoje se verifica totalmente ilu-  
sória. É nesse prisma que deve-  
mos analisar as medidas de des-  
regulamentação, as quais, con-  
forme ressaltamos em recente  
comentário, representam ape-  
nas o início de um processo que  
deverá desdobrar-se ao longo  
dos próximos meses.

Sabe-se que a concorrência no  
mercado externo depende es-  
sencialmente das condições de  
transporte. Curiosamente, no  
caso brasileiro, as exportações  
de nossas tradicionais commodi-  
ties (café, algodão, cacau) de-  
veriam ser realizadas somente  
com a utilização de navios que  
fizesssem parte de conferências  
de fretes, isto é, acordos entre  
armadores nacionais e estran-  
geiros que definem linhas pre-  
ferenciais. Tal se determinara pa-

ra permitir aos armadores na-  
cionais um volume seguro de  
transporte mediante acordos  
com aqueles de outras bande-  
iras que, na realidade, haviam  
encontrado um meio de apro-  
veitar-se do protecionismo bra-  
sileiro. Agora, o transporte ma-  
ritimo desses produtos poderá  
ser feito por qualquer navio, fa-  
cultando aos exportadores es-  
colher os que ofereçam melho-  
res condições de preço, de prazo,  
de destino. Sem dúvida, tal me-  
dida reforçará nossa capacidade  
de concorrência, que a existên-  
cia de um cartel (nem sequer to-  
talmente nacional...) estava li-  
mitando.

Pode-se perguntar se não se  
deveria fazer algo envolvendo o  
transporte aéreo para permitir  
maior concorrência nas viagens  
internacionais... Seria interes-  
sante comparar o preço do qui-  
lômetro voado nas linhas do  
Atlântico Norte e do Atlântico  
Sul.

A economia nacional não vive  
apenas de exportações: precisa  
importar e também em condi-  
ções de competitividade. Ha-  
via-se criado, no Brasil, todo  
um sistema de proteção que  
tornava inviáveis algumas im-  
portações, especialmente quan-  
do ligadas ao Beflex, isto é, re-  
presentando componentes ou  
matérias-primas destinados à  
produção de bens exportáveis.

**ESTADO DE SÃO PAULO**  
Até agora, todas as importa-  
ções realizadas no quadro da-  
aquele órgão dependiam de con-  
sulta prévia às entidades de  
classe para exame de similari-  
dade. Sabemos quão perigosa é  
a noção de similaridade, espe-  
cialmente quando se visa a pro-  
teger empresas nacionais. Sem  
que se fale do tempo perdido  
com tais consultas e do risco de-  
corrente do resultado, o qual  
podia inviabilizar projetos de  
exportações; não tinham os  
produtores o direito de escolher  
seus fornecedores — tanto em  
função do preço quanto da qua-  
lidade de produtos que se pre-  
tendia exportar. Na verdade, a  
concorrência depende dessa li-  
berdade de escolher os insumos,  
mas, longe de constituir medi-  
da contrária à indústria nacio-  
nal, pode ter-se a certeza de que  
será altamente positiva, ao  
obrigar nossas empresas a pro-  
curar reduzir seus custos de  
produção e melhorar a sua qua-  
lidade. Poderá haver, numa fase  
inicial, uma redução da mar-  
gem de lucros, mas logo se veri-  
ficará que o aumento do volume  
produzido e a qualidade do pro-  
duto oferecerão condições mu-  
ito superiores às de um protecio-  
nismo que leva à mediocridade.  
Cabe, no entanto, perguntar  
se não seria útil acabar com o  
exame de similaridade para as  
importações de equipamentos.

uma vez que por enquanto a  
dispensa é somente válida para  
as importações realizadas no  
quadro de um programa Beflex.  
Fala-se muito dessa necessida-  
de, a qual, ao que esperamos,  
será incluída num próximo pa-  
cote.

A química fina é, em todo o  
mundo, um setor dos mais di-  
nâmicos, mas, no Brasil, muito  
atrasado nesse setor, existia de  
fato uma reserva de mercado  
que na prática impediu grandes  
grupos internacionais, entre  
eles os já implantados no País,  
de fazer investimentos nessa  
especialização essencial aos  
avanços econômicos. Com as  
medidas adotadas sexta-feira  
eliminam-se a exigência e a au-  
torização prévia para instala-  
ção de fábricas de produtos de  
química fina. Cumpriria pensar,  
paralelamente, em autori-  
zar as filiais a pagar royalties à  
sua matriz para que se pudes-  
se esperar pleno desenvolvimen-  
to. Lamenta-se apenas que pa-  
ra um setor ainda mais impor-  
tante, a informática, se mante-  
nha essa reserva de mercado.

São esses apenas alguns  
exemplos do que o governo já  
fez e poderá fazer para consoli-  
dar entre nós uma economia de  
mercado, em que o papel do Es-  
tado seja apenas proteger o  
consumidor graças a uma ver-  
dadeira concorrência.